

BRASIL E CHINA: UM CASO DE GEOECONOMIA HÍBRIDA?

Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea).

E-mail: <carlos.fonseca@ipea.gov.br>.

Ticiania Gabrielle Amaral Nunes

Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail:* <ticiania.nunes@ipea.gov.br>.

Giulia Marianna Rodrigues Di Marco

Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail:* <giulia.marco@ipea.gov.br>.

Marco Aurélio Alves de Mendonça

Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. *E-mail:* <marco.mendonca@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2912-port>

Ao longo das últimas décadas, a China se consolidou como ator central nas dinâmicas políticas, econômicas e securitárias globais, com papel destacado e mesmo de liderança dos pontos de vista comercial, financeiro e tecnológico. O país asiático tornou-se o principal parceiro comercial de diversos países da América do Sul, incluindo o Brasil, despontando também como investidor, financiador e construtor de obras de infraestrutura na região.

O objetivo geral deste estudo consistiu em analisar as perspectivas e o panorama das relações econômicas sino-brasileiras.

Inicialmente, buscou-se compreender os determinantes da internacionalização da China e os fundamentos e as implicações de sua projeção geo-econômica. Com base nos marcos teóricos da economia política internacional (EPI), constatou-se que a extroversão global das inversões chinesas combina interesses estratégicos e de mercado, ao mesmo tempo que evidencia a indissociabilidade entre acumulação de riqueza e projeção de influência no exterior.

A partir da concepção de geoeconomia híbrida, foi argumentado que a reversão dos desafios decorrentes da ascensão chinesa depende da elaboração de estratégias domésticas para

reduzir as assimetrias, qualificar as relações de comércio e investimento e promover sinergias em agendas estruturantes e centrais para o desenvolvimento nacional, em particular tecnologia, infraestrutura e finanças, além da sustentabilidade enquanto imperativo transversal.

Observou-se que os laços comerciais e de investimento entre Brasil e China se mostraram robustos e movidos por fortes relações de complementaridade, mantendo-se dinâmicos mesmo diante de atritos de natureza político-diplomática. Em 2021, a China foi destino de 31% das exportações brasileiras e responsável por 65% do superávit comercial do país; foi ainda a principal origem das importações brasileiras, que totalizaram US\$ 47,7 bilhões.

Os investimentos externos diretos (IED) com origem na China cresceram de forma relevante a partir de 2010. Entre 2007 e 2020, os chineses investiram US\$ 66 bilhões na economia brasileira, dos quais 48% se direcionaram ao setor elétrico e outros 28% às atividades extrativas. Nestes segmentos, predominam as operações de fusão e aquisição (*brownfield*). Do ponto de vista dos novos investimentos (*greenfield*), foi possível mapear uma maior diversificação setorial.

SUMEX

Sob a perspectiva brasileira, a manutenção de um diálogo político ativo e a construção de molduras institucionais e regulatórias são essenciais para diversificar e agregar valor às exportações, bem como para atrair investimentos de natureza *greenfield*, que trazem consigo possíveis implicações positivas em termos de ampliação e complexificação da estrutura produtiva.

A parceria com a China também poderia contribuir para o Brasil progredir em sua própria agenda de transição energética, dada a liderança do país asiático em tecnologias emergentes e a presença crescente de empresas chinesas no setor elétrico brasileiro.

A China Three Gorges (CTG) se destaca por ser a segunda maior geradora de energia do país, enquanto a State Grid controla cerca de 14% do mercado brasileiro de distribuição de energia e possui um dos maiores portfólios eólicos do país, responsável por cerca de 6% do total de geração eólica. Além delas, a China General Nuclear Power (CGN) adquiriu diversos ativos eólicos e solares desde 2019, sendo atualmente a maior empresa de energia solar e a sexta maior empresa de energia eólica do Brasil.

Novamente, o aperfeiçoamento de canais institucionais de interação poderia contribuir para promover novos investimentos e construir programas de cooperação técnica, agregando atrativos para além dos fatores locais da economia brasileira e das oportunidades conjunturais de mercado.

O avanço da participação chinesa em projetos de infraestrutura no Brasil se tornou evidente na última década, envolvendo portos, aeroportos, estradas, ferrovias, usinas de geração e sistemas de transmissão de energia, telecomunicações, entre outros. Neste campo, sublinham-se oportunidades decorrentes do interesse de empresas chinesas em executar empreendimentos sob a modalidade de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

O ingresso da China Communications Construction Company Limited (CCCC) no mercado brasileiro, principalmente em empreendimentos portuários e rodoviários, correspondeu à maior parte dos projetos mapeados. Outras companhias, como a BYD e a China Railway 20 Bureau Group (CR20), também se fixaram nos setores de infraestrutura de transportes e mobilidade urbana.

O financiamento de infraestrutura há muito constitui um problema estrutural brasileiro. A maior parte dos financiamentos chineses se direcionaram ao setor energético, envolvendo projetos de transmissão e geração de energia hidrelétrica, solar e eólica. Na esfera multilateral, tanto o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB) quanto o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NBD) ampliaram a sua presença no Brasil nos últimos anos.

Nas dimensões da economia digital e da saúde, sua importância foi renovada e evidenciada devido aos desdobramentos da pandemia. A China desponta como um dos líderes em soluções tecnológicas para o varejo, ao passo que sua indústria farmacêutica se sobressai como uma das maiores do mundo.

De um lado, há oportunidades relacionadas com a expansão da participação brasileira nos ecossistemas digitais da China, ao passo que o convênio estabelecido entre o Instituto Butantan e a farmacêutica Sinovac representou um marco na cooperação sino-brasileira em saúde. De outro, há desafios a serem enfrentados, como a concorrência de varejistas chineses via redes de comércio eletrônico transfronteiriço, bem como a dependência global por produtos e insumos farmacêuticos produzidos na China.

Para além do dinamismo comercial e das robustas interações movidas por impulsos de mercado, argumenta-se que se faz necessária a manutenção de um diálogo político ativo e a construção de estratégias de longo prazo

com a China, possibilitando a sua conversão enquanto parceiro estratégico do desenvolvimento brasileiro.

A criação e o aperfeiçoamento de molduras institucionais e regulatórias, a execução de uma inserção internacional ativa e a promoção de acordos de cooperação devem colaborar para diversificar e agregar valor às exportações, qualificar a natureza dos investimentos, fortalecer a cooperação financeira e realizar projetos de infraestrutura sustentável, bem como construir convênios em matéria de cooperação técnica.

Por fim, outro aspecto que merece atenção adicional por parte de analistas e tomadores de decisão, no âmbito das relações econômicas sino-brasileiras, diz respeito à investigação das potencialidades em termos de sustentabilidade e desencadeamento de progresso técnico.